

Os deputados do PAICV, eleitos pelo círculo eleitoral do Fogo, Eva Ortet e Nuias Silva, exigem das autoridades uma atenção especial para normalizar a situação dos transportes de e para a ilha do Fogo.

Os dois parlamentares, eleitos pela lista do Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV – Oposição), Eva Ortet e Nuias Silva, em conferência de imprensa sobre a visita de trabalho ao círculo com o enfoque especial na problemática dos transportes de e para a ilha do Fogo, afirmam que é “urgente” normalizar a situação para não prejudicar os foguenses, os turistas e os emigrantes que têm férias agendadas para este Verão.

Os vários encontros mantidos com os operadores, comerciantes e com instituições, nomeadamente a empresa de Aeroportos e Segurança Aérea (ASA), segundo os parlamentares, confirmaram aquilo que vem denunciando: “uma redução drástica de ligações aéreas de e para a ilha do Fogo”, observando que dos mais de 14 voos semanais, neste momento tem apenas sete voos por semana, o que representa uma redução de mais de 50 por cento (%).

Esta redução, explicam os parlamentares, “representa um retrocesso e penaliza enormemente a ilha, os foguenses, os turistas que procuram a ilha como destino turístico, e afunda economicamente a ilha com todas as consequências sobre a economia e emprego”.

Além da redução do número de voos, os deputados do PAICV indicam que devem somar a deficiente ligação marítima no triângulo Praia/Fogo/Brava, que, segundo os mesmos, constitui um “importante” eixo económico de Sotavento, mas que vem sofrendo, desde 2016, perdas anuais no número de ligações semanais com consequências no transporte de cargas e pessoas.

“Viajar de e para o Fogo tem sido nos últimos tempos uma verdadeira saga e isto prejudica economicamente a ilha”, afirmam os dois parlamentares.

Outro assunto que mereceu atenção dos parlamentares durante a visita foi o encontro com o delegado do Ministério da Agricultura e Ambiente (MAA) que é também responsável do Parque

Natural do Fogo (PNF), onde os deputados demonstraram a sua insatisfação com as degradações do ecossistema do PNF pela empresa construtora das estradas de acesso a Chã das Caldeiras.

Relativamente à estrada Cova Tina/Portela/Bangaeira, estes afirmam que era para ser entregue no final de Abril, mas até agora não tem um prazo para a sua conclusão e não se sabe da eventual derrapagem financeira da mesma.

Já quanto ao troço Piorno/Campanas de Cima, segundo os parlamentares, só agora se iniciou a abertura e com as mesmas “ilegalidades” da outra estrada, isto é, a construção dentro de um parque e reserva natural, sem estudos prévios de impacto ambiental.

“Este Governo, deliberadamente, age mais por impulso momentâneo do que com visão estratégica e na protecção dos interesses da ilha e do seu ex-líbris e potencialidades em matéria ecológica, ambiental e turística”, afirmam os parlamentares que não acreditam que o Governo esteja a prejudicar a ilha de forma propositada, mas por incompetência dos governos local e central, já que em todos os sectores há retrocessos.

Para os parlamentares do PAICV, o Governo como pessoa de bem deveria ser o exemplo, salientando que o Instituto de Estradas, que constrói uma estrada num parque natural como o do Fogo e não tem em conta, no devido tempo, o impacto ambiental, não pode estar a exigir a outras entidades que apresentem o estudo de impacto ambiental.

Quanto ao sector da água, estes encontraram-se com o administrador/delegado da Águabrava para análise dos trabalhos de abastecimento de água para consumo doméstico e para agricultura, tendo deixado a preocupação para a existência de uma política nacional de água para tornar mais barata a água para o consumidor final e melhorar a competitividade da ilha.

Outra questão analisada foi a preocupação dos taxistas e hiacistas que, no dizer dos parlamentares do PAICV, vão sendo surpreendidos pelas autoridades locais, governamentais e fiscais, com cobranças de várias taxas, impostos e licenças que colocam em causa a sustentabilidade do negócio.

Tudo isso aconteceu, explicam os deputados, depois do Governo ter prometido isenção e taxa zero para os microempresários, observando que “estes sufocos e apertos do sector empresarial são desajustados” e o Governo deve repensar a estratégia para o sector dos microempresários que deveriam ter um sistema mais facilitador e simplificado. A Semana com Inforpress